

CATOLICISMO POPULAR NA ESCRITA DO FOLCLORE BRASILEIRO

Mônica Martins da SILVA*

RESUMO

O Folclore, expressão polissêmica e controversa, pode ser entendido como um movimento intelectual que se consolidou no Brasil entre os anos de 1940-1970 e que elegeu diversos temas da cultura brasileira como tradicionais e relevantes para se definir o que seria o folclore nacional. Destaca-se o catolicismo popular como tema recorrente nas escolhas dos folcloristas como: festas, procissões, romarias, penitências, entre outros e analisa-se que se construíram narrativas particulares para se abordar os temas associando-os a uma pretensa identidade nacional e a valores considerados relevantes em um país eminentemente católico bem como construíram-se interpretações, julgamentos e recortes que selecionaram, incluíram e excluíram diversas práticas populares. Considera-se nesta análise a escrita de autores como Renato de Almeida, Edson Carneiro, Rossini Tavares Lima e Câmara Cascudo.

O interesse pelo estudo do catolicismo popular e seus sub-temas como as festas, rituais, danças e folguedos têm crescido vertiginosamente nas últimas décadas embalado em grande medida pelos estudos culturais. Nesse processo, tem ganhado preponderância o interesse pela pluralidade dessas práticas através da compreensão das especificidades locais, regionais e temporais bem como pelas representações diversas de grupos envolvidos. A escolha de fontes para este tipo de trabalho, porém, permanece como um desafio pelo fato que boa parte dessas experiências não está documentada e se colocam dentro de uma memória coletiva muitas vezes engessada e diretamente ligada a interesses e expectativas dos grupos dos quais elas fazem parte. Essa questão pode constituir um problema bastante original para uma pesquisa, mas possibilita apenas uma aproximação parcial do objeto, se o interesse do estudo é pensar na dimensão multifacetada desses rituais com cores, sons e estilos. Uma saída nem sempre confortável foi a pesquisa aos manuais de folclore cujo caráter conservador, compilador, homogeneizador e classificatório constituiu uma barreira na aceitação dessas obras como fonte de pesquisa na medida em que as interpretações

* Mestre em História pela UFG, doutoranda em História pela UnB.

desses trabalhos desconstruíam os pilares básicos das ciências sociais contemporâneas.

O início desta crise pode ser localizada nos anos de 1950, quando as ciências sociais se constituíam como um campo autônomo na academia brasileira. Naquela época, os estudos do folclore alcançavam um momento bastante profícuo, pois, no final da segunda guerra mundial, com a criação da ONU e de um vasto discurso em prol da paz mundial, o folclore se tornou o elemento mediador para a criação de uma cultura de paz, ancorada na identificação de diversos elementos culturais comuns e da celebração do encontro de povos através de práticas culturais diversas. É sob referências absolutamente conservadoras que o movimento do folclore brasileiro se constituiu como campo de estudos institucionalizado e custeado por verbas públicas dos estados e da união. Florestan Fernandes, uma das referências mais significativas na defesa de uma discussão metodológica consistente no campo nas ciências sociais, tornou-se participante ativo deste debate entre folcloristas e cientistas sociais, ao incluir as temáticas do folclore em seus estudos. Ele problematizou a atuação e o método folcloristas, por tratarem a cultura com apego ao passado, desconsiderando os seus aspectos múltiplos e dinâmicos, além de se basearem em métodos estrangeiros, distanciando-se da realidade nacional. (FERNANDES, 1989). Embora folcloristas e cientistas sociais compartilhassem de um momento profícuo para o debate em torno das manifestações populares, os seus caminhos eram bastante diversos. De um lado, a antropologia enquadrava o folclore como uma divisão da antropologia cultural; de outro, os folcloristas, representados na época por Alceu Maynard, Rossini Tavares Lima, Renato Almeida, entre outros, defendiam a autonomia do folclore, como acontecia na Europa, a preservação das manifestações populares e a aprovação de uma carta do folclore brasileiro que considerasse folclórica toda manifestação espiritual ou material que estivesse de acordo com os preceitos deste documento.

Recentemente, alguns sociólogos brasileiros como Mariza Peirano, José Jorge de Carvalho, Maria Laura Viveiros de Castro Cavalcanti, Luis Rodolfo Vilhena entre outros retomaram esse embate antigo e revelaram que a presença do movimento do folclore nas ciências sociais deve ser considerada como parte de um processo relevante do pensamento intelectual brasileiro. De fato, parece que a negação dos estudos do folclore, em função das problemáticas desse tipo de análise, fez com que jogassem fora o bebê junto com a água do banho. Ou seja, negaram a tal ponto os

estudos do folclore que deixaram de reconhecer a sua especificidade, seu valor para as análises das culturas populares e a própria possibilidade de problematizar os estudos sobre o popular considerando as especificidades próprias de cada tempo.

A noção de folclore surgiu em meados do século XIX, durante processos de organização e formação de nações européias, e pode ser considerada como parte de um contexto de problematização da noção iluminista de cultura, considerada como sinônimo de civilização. O Iluminismo irá promover valores de universalidade e racionalidade que terão papéis fundamentais na elaboração deste modelo ideológico no qual as práticas populares eram consideradas como irracionais. (ORTIZ,1985, p.11)

Ortiz considera que o romantismo teve um impacto importante na definição do conceito de cultura popular, pois, ao se opor ao Iluminismo voltou-se para situações particulares, dando ênfase às diferenças e espontaneidade dos sentimentos, aproximando-se também do historicismo e descobrindo, assim, a Idade Média, os romances de cavalaria, os reis, as cruzadas. (ORTIZ,1985, p. 09) No entanto, os românticos gostavam daquilo que surpreendia, o bizarro, o excêntrico, o exótico e o pitoresco. E era assim que as manifestações populares eram vistas. A grande diferença na abordagem do estudo das manifestações populares seria a descoberta da cultura popular pelos intelectuais e é na Alemanha onde se torna mais consistente. Peter Burke considera que o conceito de cultura popular é nesse período inventado por um grupo de intelectuais alemães, o filósofo Herder e os irmãos Grimm. (BURKE, 1989, p.8). De fato, esses pensadores são parte de um contexto no qual surge o debate sobre a cultura popular que se travava na Alemanha, no qual, parte da intelectualidade voltava a atenção para as tradições populares e, por meio delas procurava legitimar uma cultura autenticamente nacional. (ORTIZ, 1985, p.11)

Somente na segunda metade do século XIX é que os estudiosos da cultura popular vão se considerar folcloristas, na conclusão de Ortiz, sendo que o próprio termo de origem inglesa representava um novo espírito que procurava definir o estudo das tradições populares como uma ciência. Várias iniciativas objetivaram demarcar as novas fronteiras do folclore e algumas delas podemos citar a partir de Ortiz como *Folklore Society* na Inglaterra em 1878, o 1º congresso Internacional do Folclore em Paris em 1889, algumas publicações como *Folk-lore Record* e *Folk-lore Journal*.

No Brasil, o movimento folclórico só será articulado a partir das primeiras décadas do século XX, quando as festas e todo um conjunto de manifestações populares estarão envolvidos em debates que buscavam discutir elementos para a nacionalidade brasileira. A ideologia da mestiçagem e a união das três raças passaram a ser as marcas de nossa identidade nacional, tal como pregavam as idéias científicas, naturalistas, positivistas e evolucionistas na época. Como exemplos, podemos citar os estudos literários de Celso de Magalhães, Sílvio Romero e os trabalhos etnológicos de Nina Rodrigues e, um pouco depois, os de Amadeu Amaral. (ABREU, 1998 p. 173). No entanto, nenhum deles pode ser caracterizado como folclórico, visto que o seu estabelecimento no Brasil era muito recente e se confundia freqüentemente com a própria literatura, tal como também acontecia na Europa. (BOSI,1992). Bosi acredita que no Brasil, o tema do cruzamento entre as culturas é proposto especificamente por alguns escritores modernistas, como Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Raul Bopp e Cassiano Ricardo, os quais acreditavam na fusão de culturas a partir da diversidade nacional.

O Movimento Modernista que buscou nas tradições, costumes e crenças populares o elemento mediador para se entender o Brasil, será o ponto inicial para a criação de órgãos e grupos que vão se ocupar da pesquisa e do levantamento das manifestações populares. Esse movimento, cujo mentor e articulador-mor será Mário de Andrade, terá desdobramentos diversos e constituição de rumos mais definidos, a partir de seu envolvimento com essas questões. Mário de Andrade, numa atitude pioneira, irá tentar criar sociedades de folclore e se dedicará à pesquisa de vários aspectos do tema, principalmente no que dizia respeito às danças dramáticas, seu campo preferido de abordagem, envolvendo o mundo negro e mestiço. Parte dessas interpretações foi fruto de várias viagens realizadas pelo intelectual nos anos de 1920 pelo interior do Nordeste que resultou na coleta de imagens e sons que foram matéria para várias obras como *Turista aprendiz*, *Danças Dramáticas no Brasil* e os *Cocos*.

É importante ressaltar que o momento era bastante frutífero para as discussões em torno da nacionalidade, como expressões legítimas a partir da publicação de títulos como *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, *Evolução política do Brasil*, de Caio Prado Júnior, e também *Casa Grande e Senzala*, de Gilberto Freyre, além do surgimento de vários museus e institutos que tentavam envolver o Brasil e o seu mosaico cultural entendido como parte da nacionalidade.

Se, os anos de 1920 são pontos de partida para os estudos folclóricos, seu auge só será na década de 1950 com a criação da Comissão Nacional do Folclore e da Carta do folclore brasileiro, que o definiu a partir de cinco itens: anonimato, oralidade, aceitação coletiva, tradicionalidade e funcionalidade. Esses itens podem ser considerados como parte dessa política dos folcloristas em dar uma definição específica do que seria o folclore, independente das ciências sociais, de modo que pudessem se apropriar desse objeto com autonomia e propriedade, de acordo com as suas expectativas.

Associando pesquisa e ação política, os folcloristas aproximaram-se gradativamente do Estado, até a criação da CDFB¹, em 1947, instituição ligada diretamente ao MEC e atendendo aos apelos da carta do Folclore Brasileiro e aos interesses da Unesco.(CAVALCANTI ; VILHENA, 1990, p. 73) Assim, os folcloristas se distanciaram do ambiente acadêmico, envolvendo-se gradativamente com a política nacional e regional. O movimento só é solidificado em 1958, efetivamente, com a CDFB², que representou, segundo Vilhena, não só a expressividade de um contingente de intelectuais na valorização da cultura popular, mas, principalmente, o lastro para a definição de nossa identidade nacional a qual teria o folclore como referência importante. Considerava-se como folclore parte da música popular, os contos, as histórias, as lendas, as superstições, a medicina, a culinária, os ditos, as danças dramáticas e as festas. (VILHENA, 1997, p. 21).

A escrita do folclore, atualmente, pode ser considerada a partir de algumas premissas dos estudos culturais e constituir-se como uma possibilidade de leitura das práticas populares mediadas pela noção de representação dos grupos que escreviam essas histórias, considerando suas interpretações não como posturas absolutas, mas como relativas e interligadas a subjetividades de grupos com interesses, tarefas e projetos. Inicialmente, é relevante considerar que os estudos do folclore não se caracterizam por uma unidade, pois havia um número grande de intelectuais que se ocupavam dessa escrita, que variou inclusive de acordo com o grupo ou região onde este intelectual estivesse inserido.

Durante o século XIX, vários intelectuais escreviam sobre o folclore, mas, ele não aparecia como temática autônoma, o que só ocorrerá a partir de 1938 com a criação da Sociedade de Etnografia e Folclore, por Mário de Andrade, com objetivo

¹ Comissão de Defesa do Folclore Nacional.

² Campanha de Defesa do folclore brasileiro

de contemplar críticas já realizadas por Amadeu Amaral, que, desde os anos de 1920, já criticava a ausência de uma organização desses estudos e, também para representar o Brasil no Congresso Internacional de Folclore realizado em Paris naquele ano. A partir da institucionalização do movimento do folclore nos anos de 1940 e 1950, a escrita do folclore se tornou mais complexa, dado o interesse recorrente de seus articuladores com a legitimação dessa área com respaldo científico. Nesse momento, torna-se evidente o esforço em se construir uma grande corrente nacional de folcloristas com capacidade de superar o caráter local dessas produções, através de uma rede localizada no Rio de Janeiro que terá Renato Almeida como principal articulador. A escrita de Renato Almeida pode ser analisada a partir do livro *Inteligência do Folclore brasileiro* no qual apresenta uma proposta de investigação científica e microscópica para o folclore nacional cuja pesquisa deveria se subordinar aos padrões dos valores culturais, pois, “é tempo de acabar com um mundo de fórmulas empíricas prejudiciais ao exato conhecimento folclórico, já condenados pela observação científica” Para ele, o folclorista deveria ter vocação, intuição, características de um psicólogo, disposição para a vivência no convívio com o povo para adquirir noção segura das reações folclóricas através de uma observação participante e precisaria ter amor para compreender a alma secreta daquele povo (ALMEIDA, 1957, p. 38).

Rossini Tavares Lima, representante do movimento folclorista de São Paulo reiterava essa idéia afirmando que deveria haver uma comunicação entre o espírito do povo e do observador, tornando-se um deles cantando, dançando rezando, trabalhando ou representando. Seria necessário que o pesquisado fosse discreto, tivesse retração e timidez, neutralidade, naturalidade e fidelidade ao que visse ou ouvisse, demonstrando respeito e interesse humano contendo manifestações de zombaria. (LIMA, 1983, p. 75)

Essa, em grande medida, é a tônica do trabalho de campo dos folcloristas entendido como o grande momento de resgate de um passado, prestes a desaparecer. O pesquisador deveria ser neutro para não interferir na realidade vista como ideal, pura, natural. Inventava-se aí a idéia da existência de uma idade do ouro, de um tempo perdido, pois quanto mais distante fosse a manifestação, mais original e autêntica. O popular assumia uma perspectiva autônoma revelando que a bipolaridade do popular e do erudito, noção altamente rebatida pelos estudos culturais contemporâneos, embasava muitas dessas interpretações elaboradas.

Talvez, esses tenham sido os principais elementos de recusa do trabalho de pesquisa dos folcloristas, na medida em que na sua grande maioria constituíam-se sem uma contextualização e periodização. Os estudos do folclore revelaram, também, esforços de se criar referências para uma identidade nacional, nesse sentido, os folcloristas estiveram constantemente embalados por noções como o mito das três raças como pilares da formação nacional uma vez que constantemente fundamentaram suas análises nessa busca comum de identificar a contribuição do branco, do negro e do índio nas festas, nos mitos, nas lendas, nas estórias. Essa noção, por vezes condenada é ainda repetida quando se busca incessantemente identificar qual o percentual de contribuição dos três povos em “nossas tradições populares”, como se fossem de fato de todos indiscriminadamente. As Cavalhadas, por exemplo, são vistas como uma contribuição ibérica e européia, as congadas, uma contribuição africana, a dança dos tapuias, uma contribuição indígena, valorizando-se aí uma suposta origem no processo de colonização desconsiderando os valores internos de uma comunidade mestiça que re-inventou muitas dessas práticas, atribuindo, muitas vezes, outros elementos e sentidos. A localização geográfica dessas práticas também foi uma tônica recorrente do discurso dos folcloristas. Nesse sentido, havia um esforço coletivo em identificar quais seriam os costumes de cada região ou estado.

Câmara Cascudo, importante expoente da escrita folclorística revelou algumas divergências em torno deste movimento, pois, enquanto os estudos dos cariocas Renato Almeida e Édison Carneiro enfatizavam a identificação de um folclore nacional, Cascudo reforçava a identificação do folclore regional. Essa perspectiva talvez se justifique pelas próprias fissuras internas do movimento folclorista, pois, Câmara Cascudo morava em Natal e possuía várias divergências com membros do movimento folclórico centrado na capital federal e por isso criara um movimento independente no Nordeste chamado de Clube Internacional do folclore para o qual recebia subvenção estadual e impedia que o movimento do folclore nacional tivesse uma subcomissão regional na capital do Rio Grande do Norte.

A obra de Câmara Cascudo, indiscutivelmente a mais vasta e numerosa da produção escrita do folclore, visto que o escritor viveu até 1986, tem sido objeto de importantes releituras de vários pesquisadores na atualidade³ pois, reconhece-se

³ Consultar o site www.modernosdescobrimientos.inf.br que apresenta uma importante leitura da obra de vários escritores do século XX chamados de modernos descobridores e entre eles, Câmara Cascudo.

nessas narrativas, esforços de se pensar e escrever sobre o cultural e o regional numa época de inúmeras dificuldades de comunicação e transportes. A escrita do folclore, resguardados todos os problemas que constituíram esse tipo de análise, pode ser relida atualmente como formas de representação de determinadas realidades. Assim, o que se entende hoje por folclore não pode estar deslocado da interpretação e dos sentidos do movimento que os criou considerando suas divergências, suas características e suas iniciativas que revelam projetos políticos de um tempo em que se buscava desenhar uma face para a nação brasileira. A escrita do folclore também é uma iniciativa relevante, pois, a percepção do popular através de práticas materiais e imateriais era quase ausente na escrita das ciências sociais brasileiras até aos anos de 1960. Sendo assim, é importante reconhecer que as primeiras interpretações de muitas práticas populares foram inicialmente construídas por folcloristas e memorialistas. Esses autores produziram uma série de livros, revistas, jornais e projetos de trabalhos que revelaram a existência de universo popular diverso constantemente classificado e hierarquizado, mas vivo e plural.

Percebe-se, nesse contexto, que a história nacional fora narrada e representada por referências bem particulares deste período em que se procurava pensar o Brasil como uma nação multifacetada e cujos elementos identificadores estavam dispersos em vários focos no centro e interior do Brasil. A escrita do folclore é representativa deste contexto, pois, estabelece limites, cria personagens, organiza histórias, estabelece identidades e confere legitimidade para costumes antigos e interioranos, compondo um mosaico cultural nacional. Sabe-se, porém, que esses tipos de narrativas frequentemente idealizavam o litoral como centro irradiador e o sertão como maculado, original, autêntico desconhecendo as fronteiras tênues entre o popular e o erudito, o moderno e o tradicional e considerando a modernidade daqueles tempos como uma ameaça aos velhos costumes tradicionais aonde residiria nossa autêntica identidade.

No contexto atual em que os estudos culturais ganharam predominância, a releitura da obra dos folcloristas revela um exercício frutífero de repensar as interpretações atribuídas a nosso passado, pois possibilita rever inúmeros preconceitos direcionados a esses autores considerados ora como conservadores retrógrados ora como ufanistas de um tempo perdido. Atualmente, podemos seguir as pistas das noções de representações e apreender nessas narrativas folclorísticas, os modos como a nação e as regiões foram pensadas, narradas, elaboradas, imaginadas,

sonhadas, vivenciadas e entendê-las dentro de um complexo processo de imaginação coletiva em que o povo e seus costumes representavam não o começo de uma história, mas o fim de utopias, sonhos e crenças, num tempo de transformações.

ABSTRACT

SILVA, Mônica Martins da. Popular Catholicism in the writing of Brazilian Folklore. *Temporis[ação]*, Goiás, v. 1, nº 9, Jan/Dez 2007.

Folklore, a polissemic and controversial expression, can be understood as an intellectual movement that became consistent in Brazil from the 1940's to the 1970's and that has elected several themes of the Brazilian culture, considering them as traditional and relevant to define Brazilian folklore. Popular Catholicism has a major role as a recurrent theme chosen by folklore scholars: feasts, processions, pilgrimages, penance, among other things, and one can have for analysis that some particular narratives were built for approaching the themes associating them with an intended national identity and with some values considered relevant in such country which is deeply founded on the Catholic faith; and some interpretations, judgements and particular cutting outs were built too, which selected, included and excluded diverse popular practices. The written production of the authors Renato de Almeida, Edson Carneiro, Rossini Tavares Lima and Câmara Cascudo is taken into consideration by this analysis.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ABREU, Marta C. Mello. Moraes Filho: Festas, Tradições Populares e Identidade Nacional. In: *História Contada*.Org: CHALBOUB, Sidney & PEREIRA, Leonardo Affonso de M. Rio de Janeiro Nova Fronteira 1998. P. 171-193.

_____ Festas e Cultura Popular na Formação do Povo Brasileiro.: Mesa Redonda cidadania e projetos culturais no Brasil. In: *Projeto História – Cultura & Trabalho* nº 16 São Paulo, PUC, Fev/ 98. p. 146-166.

ALMEIDA, Renato. A Inteligência do folclore. Rio de Janeiro, Livros de Portugal, 1957.

ANDRADE, Mário de. *Danças Dramáticas no Brasil*. Livraria Martins Editora. São Paulo, 1959.

ANDRADE, Mário de. *Os Cocos*. São Paulo: Duas cidades, Brasília: INL/Fundação Pró-memória. 1984.

_____ *O Turista Aprendiz*. São Paulo: Duas Cidades: 1983.

BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Cia das Letras. 1992

BURKE, Peter. *Cultura Popular na Idade Moderna*. São Paulo, Cia das Letras, 1989.

- CARNEIRO, Edison. *Dinâmica do Folclore*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1965.
- CASCUDO, Luis da Câmara. *Dicionário do Folclore Brasileiro*, Rio de Janeiro, INL-MEC, 1962.
- _____. Antologia do folclore brasileiro. 3ª ed. São Paulo: Martins, 1965.
- _____. Geografia dos mitos brasileiros. Rio de Janeiro: J Olympio, 1947.
- CARVALHO, José Jorge de. Os Estudos de folclore na pós-graduação em antropologia no Brasil. In: SNEPP, 1992.
- CAVALCANTI, Maria Laura V. de Castros & VILHENA, Luís Rodolfo da Paixão. Traçando Fronteiras: Florestan Fernandes e a marginalização do folclore. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol 3, nº 5 1990, p. 75-92.
- CHARTIER, Roger. *História Cultural: entre práticas e representações*. São Paulo: Difel, 1990.
- FERNANDES, Florestan. *O Folclore em Questão*. São Paulo. Hucitec, 2 ed., 1989.
- LIMA, Rossini Tavares de & ANDRADE, Julieta de. *Escola de folclore*. Pesquisa de cultura espontânea, Brasil. São Paulo: Escola de Folclore, 1983.
- MORAES, Mello Filho. *Festas e Tradições populares no Brasil*. Belo Horizonte; Ed Itatiaia; São Paulo; Edusp, 1979.
- ORTIZ, Renato. *Cultura Popular: Românticos e Folcloristas*. São Paulo. Olho D'água. S/d.
- _____. *Cultura Brasileira & Identidade Nacional*. SP, Brasiliense, 1994.
- VILHENA, Luís Rodolfo. *Projeto e Missão. O movimento folclórico brasileiro (1947-1964)*. Rio de Janeiro, Funarte/ Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1997.